



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 25 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em oito de novembro do ano de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1 Às catorze horas do dia oito de novembro de dois mil e treze, na Sala de Comissões nº01 da
2 Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, reuniu-se o Plenário do Conselho de
3 Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC em Sessão Ordinária de número vinte e
4 cinco. Presente o senhor Conselheiro Suplente Federal **NELSON SARAIVA**, os Conselheiros
5 Estaduais Arquitetos e Urbanistas **RONALDO DE LIMA, GIOVANI BONETTI, ADEMIR LUIZ**
6 **BOGONI, DÉCIO GOMES GÓES, MARCOS ALEXANDRE JOBIM, ANDRÉ LUIZ SERAFIM, FÁRIDA**
7 **MIRANY DE MIRA, JORGE RAINESKI**, os Suplentes de Conselheiro **DANIEL RODRIGUES DA**
8 **SILVA e GLICÉRIO JUNIOR WEBER**, os empregados do CAU/SC, o Assessor Especial **JOÃO**
9 **EDMUNDO BOHN NETO**, o Diretor Geral **MÁRCIO BITTENCOURT**, os Advogados **GUSTAVO**
10 **SOUZA SANTOS e CHARLES JACOB PERGORARO KERBER**, a Assistente de Comissões **ELIZIANE**
11 **GALLIANI MENEGALI**, a Assistente Administrativo **CLAUDIA ROSA DE SOUZA** e a Assessora de
12 Imprensa **ANDRESSA DREHER**. Ressalta-se a ausência justificada dos Conselheiros, **SÔNIA**
13 **SUZETE ROESE e CEZAR FRANCISCO CIARINI**. Após a verificação e constatação da existência de
14 quórum, o Presidente do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA**, agradeceu a
15 presença de todos, e lembrou os presentes de silenciar os celulares e prestar atenção na utilização
16 dos microfones, evitando interferências. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, citando os
17 itens para apresentação e votação: Homologação do remanejamento dos membros das comissões
18 permanentes atendendo o Regimento Interno; Homologação da criação de espaço para
19 intercâmbio entre os conselheiros, antes das reuniões plenárias; homologação Calendário 2014;
20 Homologação do Julgamento dos processos éticos; Homologação do reconhecimento do IAB como
21 entidade representativa dos Arquitetos e Urbanistas de SC; Homologação da fiscalização
22 compartilhada com o IAB para atender todos os profissionais e municípios de Santa Catarina.
23 Além disso, foi incluído na pauta por solicitação do Coordenador da Comissão de Contas e Atos
24 Administrativos, Conselheiro André, o item homologação do cronograma para orçamento do ano
25 dois mil e catorze. A Conselheira Fárída solicitou a exclusão do item Julgamento dos processos
26 éticos, devido à ausência da relatora do processo, Conselheira Sônia Suzete Roesse. Pauta aprovada
27 por unanimidade. No item 1. **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA**
28 **TREZE DE SETEMBRO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA ONZE DE**
29 **OUTUBRO**. As atas foram colocadas em discussão e, sem contestações foram aprovadas com a
30 abstenção dos Conselheiros André Luiz Serafim e Glicério Júnior Weber, por não terem
31 participado das reuniões. Item 2. **CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS E RECEBIDAS**, o Presidente
32 comunicou que a relação de correspondências e eventos usualmente é entregue via e-mail, mas
33 devido a problemas de conexão do servidor do CAU/SC foi entregue de forma impressa, e, assim
34 que possível, a lista será enviada por e-mail. O Conselheiro Giovani solicitou a discussão desse
35 item. O Conselheiro Jorge Raineski destacou o Ofício do CAU/BR referente às eleições dos CAU/UF
36 e solicitou que o Presidente relatasse sobre o assunto. O Presidente explanou que se tratava das
37 eleições promovidas para complementar os Conselhos que tiveram desistências na formatação
38 atual. O Conselheiro Daniel solicitou esclarecimentos do teor do ofício referente à SPDA. O
39 Presidente explicou que o CAU/SC enviou ao CAU/BR um ofício se posicionando de forma
40 contrária a orientação do CAU/BR, que não garante as atribuições do SPDA aos arquitetos. O
41 Conselheiro Raineski comentou que esse assunto foi discutido na reunião da comissão da CEEP e
42 que está sendo estudado novo encaminhamento. Falou que a Gerente Técnica providenciará uma
43 análise das grades curriculares dos cursos em Santa Catarina para fundamentar e respaldar
44 melhor o posicionamento do CAU/SC. O Conselheiro André solicitou esclarecimentos sobre a
45 reunião com a CELESC. O Presidente informou que não pode estar presente nessa reunião e que
46 foi representado pela Gerente Técnica, pelo Assessor Especial e pelo Advogado Gustavo. Solicitou
47 que este último relatasse o acontecido. O Advogado Gustavo, relatou que foram abordados dois



48 temas principais: A inviabilidade de aprovação de projetos elétricos, e esclarecido pelo Presidente
49 da CELESC, que esse assunto foi um equívoco, que a concessionária procuraria obter informações
50 e tomar as devidas providências internas para resolver a situação. A segunda questão tratava do
51 indeferimento de projeto elétrico de baixa tensão elaborado por Arquiteto e Urbanista, onde o
52 Presidente da CELESC informou que ainda não tinha sido repassada qualquer orientação para
53 inviabilização dos projetos e que internamente tratariam sobre o assunto. Concluiu que a reunião
54 foi positiva, tendo a concessionária atendido às solicitações do CAU/SC. O Advogado, lembrou que
55 houve um processo, onde teve uma decisão judicial e que em caso de descumprimento da CELESC,
56 acarretaria em multa. A Conselheira Fárida solicitou a inclusão na lista de Eventos, no dia vinte e
57 cinco de outubro, a “Palestra do Código de Ética” na Uniasselv, e alteração do representante na
58 Abertura Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Univille, representado pela
59 Conselheira Fárida. O Conselheiro Bogoni questionou o profissional da CELESC de Florianópolis
60 que analisa os projetos de arquitetura, e advertiu julgar um absurdo os limites impostos pela
61 normativa. O Conselheiro André lembrou que se tratava de uma resolução do CREA. O Conselheiro
62 Bogoni complementou que é uma resolução entre o CREA e a CELESC. O Advogado Gustavo
63 explicou que o Presidente da CELESC desconheceu o encaminhamento dessas orientações aos
64 profissionais, e concluiu que o procedimento não é de praxe, que a orientação é aceitar projetos
65 tanto de arquitetos como de engenheiros e tratou como uma questão isolada que seria revisada.
66 No item **3. RELATO DO PRESIDENTE**, o Presidente lembrou que desde a última plenária
67 ocorreram vários agendamentos importantes, principalmente devido às reuniões preparatórias
68 para o Congresso. Relatou a palestra ocorrida na SOCIESC, onde aproveitou a oportunidade para
69 informar e orientar melhor os futuros arquitetos sobre a legislação e o caráter do Conselho.
70 Explanou o Encontro Nacional dos Conselhos dos Profissionais, destacando a presença do
71 Presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro e dos Advogados do CAU/SC. Lembrou que essa reunião
72 originou posicionamentos sobre a questão do exame de proficiência, assunto debatido nas
73 reuniões preparatórias para o Congresso. Destacou a importância das reuniões e disse que o
74 evento deve ser reconhecido, pela aproximação com os profissionais de Arquitetura e Urbanismo.
75 Relatou a indicação do Presidente Jeferson, do CAU/PR, na reunião que tratou do Pacto Global,
76 compartilhada com Conselheiro Décio, com compromisso de trabalhar junto com outras entidades
77 na questão de melhorias da cidade. Disse que o ENEAU foi uma programação temática voltada a
78 tratar do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com participação do vice-presidente nacional da
79 ABEA, Professor Gogliardo, que palestrou sobre as responsabilidades que os arquitetos
80 professores têm com o CAU. Essa reunião apresentou a necessidade de organização dos
81 coordenadores das instituições de ensino como entidade e o indicativo da criação de uma
82 associação ligada à ABEA. Destacou a presença do senhor José Roberto Geraldini, representante
83 do Presidente Haroldo, do CAU/BR e lembrou a reativação do SINDARQ, dirigido pela Presidente
84 Fernanda Simon. O Presidente abordou o Plano Diretor Participativo de Florianópolis - PDP,
85 tratado em reuniões com a participação de alguns Conselheiros, o qual resultou na Manifestação
86 do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, protocolado na Câmara de Vereadores.
87 Aproveitou para convocar reunião para tratar do PDP na semana seguinte. Destacou o evento
88 Programa de Qualificação das Calçadas “O Melhor Mascote”. Comentou o Décimo Fórum de
89 Presidentes dos Conselhos de Arquitetura do Brasil, em paralelo a Conferência de Conselho
90 Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, onde foi apresentada a minuta de criação do Fundo de
91 Compartilhamento de uma Comissão Gestora, aprovado em Plenária Ampliada do CAU/BR, um
92 relatório referente ao fundo de apoio, apresentado pelo grupo misto composto por conselheiros
93 do CAU/BR e dos Presidentes dos CAUs SP, PB e BA. Destacou que houve inconsistência nos
94 valores levantados com repasse do Rio Grande do Sul, que gerou desestruturação da proposta
95 apresentada, retirada para ajuste e discussão na próxima plenária ampliada em dezembro. Disse
96 que no Fórum foi apresentado um relatório do Grupo de Trabalho de Fiscalização, encaminhado
97 para os técnicos e vice-presidente, com embasamento histórico e legal da fiscalização, que vem
98 sendo estudado e implantado no país em conjunto com práticas e ideias obtidas pelos estados.
99 Citou como avanço um aplicativo criado pelo do CAU/MG, que possibilita aos arquitetos fazer
100 denúncias, e levado para desenvolvimento em escala nacional. No **item 4.COMUNICADO DOS**
101 **DIRETORES**, o Conselheiro Bogoni apresentou o relatório financeiro, relatando que a receita total



102 no mês de outubro foi de trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e
103 cinquenta centavos e, estimou o orçamento superior a quinhentos mil reais até o mês de
104 dezembro. Referente às despesas, o Diretor citou o aumento gradativo de material de consumo e
105 dos serviços de terceiros. Falou que as despesas totais em outubro foram de duzentos e cinquenta
106 e nove mil, aproximadamente, de pessoal e encargos, valores dentro dos limites aceitáveis.
107 Justificou que RRT's e certidões foram os itens que mais tiveram aumentos. Destacou a baixa da
108 arrecadação das anuidades, considerado satisfatório para essa época do ano. Nas aplicações, citou
109 que o Banco do Brasil ficou em trezentos e onze mil reais, vinculado a contas corrente de
110 trezentos e dezoito mil reais, e o saldo do banco vinculado às aplicações financeiras ficaram em
111 quatro milhões novecentos e quarenta e quatro mil e duzentos e trinta e um reais. Não houve
112 relato da Diretora Administrativa, devido à sua ausência. No item. **5. RELATO DAS COMISSÕES**,
113 no relato da **Comissão de Contas e Atos Administrativos**, o Conselheiro André citou a
114 aprovação do relatório financeiro, do administrativo e do orçamento para dois mil e quatorze,
115 encaminhando este para aprovação da Plenária. Falou da aprovação das minutas da portaria de
116 diárias e da portaria de suprimentos de fundo, assuntos que serão encaminhados para discussão e
117 aprovação na próxima Plenária. Citou o compartilhamento das despesas do sistema, deliberando
118 que o CAU/SC envie um ofício ao CAU/BR solicitando que todas as comissões de Contas e Atos
119 Administrativos participem das discussões referentes às despesas, por estarem cientes da
120 realidade financeira dos CAU's e frisou que a comissão tem interesse em participar das discussões
121 a respeito dos valores que serão repassados. No relatório administrativo foi apresentada uma
122 empresa de engenharia contratada para fazer os orçamentos referentes à reforma do CAU/SC,
123 concluíram que essa atitude desvaloriza o profissional Arquiteto e solicitou que o setor de
124 licitação do CAU/SC exija que todas as empresas que contemplem atividades de arquitetura,
125 participantes de licitações no CAU/SC, sejam registradas e que tenham arquitetos que façam esses
126 serviços. O Conselheiro Giovani disse que a comissão acha importante o fundo de apoio para os
127 CAU's deficitários, destacou que a OAB, compartilha desse ponto de vista, que não é somente uma
128 prerrogativa do CAU/SC e para o bom desempenho da atividade profissional no Brasil inteiro é
129 importante que isso seja feito. Destacou que o SICCAU é um grande ganho para o Conselho,
130 diferente da burocratização de registro profissional no CREA. Informou que a CCAA, vai
131 encaminhar uma solicitação ao CAU/BR pedindo que as Comissões de Contas e Atos do Brasil
132 inteiro compartilhem suas informações. O Presidente complementou dizendo que a composição
133 da comissão gestora aprovada pelo CAU/BR é formada por quatro presidentes, sendo eles: do
134 Mato Grosso do Sul, Paraná, Sergipe e Ceará, ambos com direito a voto, um técnico do CAU/BR, um
135 representante de cada uma das duas comissões de finanças e administração, e um indicado pela
136 plenária do CAU/BR, com interesse no assunto. Falou da possibilidade do CAU/SC participar das
137 reuniões, sem direito a voto, mas com direito a voz, como forma de garantir sua representação. O
138 Conselheiro Raineski relatou que julga difícil compreender a fundamentação legal do repasse
139 deste recurso, uma vez que a lei é clara quando diz que o CAU/BR tem a responsabilidade de
140 prover a manutenção dos CAU's deficitários. Lembrou que o calendário anual foi adequado para
141 ter a presença do Conselheiro Federal e mais uma vez enfatizou a importância do mesmo. O
142 Conselheiro Bogoni complementou dizendo que não entende porque a decisão da questão
143 financeira tem que vir do CAU/BR. O conselheiro André conclui o relato informando que os
144 projetos de patrocínio recebidos pelo e-mail da comissão serão julgados até o dia dezoito. **No**
145 **relato da Comissão de Ética e Disciplina**, a Conselheira Fárida relatou que aconteceram duas
146 reuniões extraordinárias, sendo uma oitiva. Informou que por motivos pessoais, a Coordenação da
147 Comissão passa a ser conduzida pela Conselheira Sônia. Destacou o recebimento da resolução nº
148 58, aprovada pelo CAU/BR, relacionada às infrações ético-disciplinares por descumprimento à Lei
149 nº 12.378/10, discutida na comissão para dar andamento nos processos oriundos do CREA.
150 Observou que foi aprovado o plano de ação da Comissão e lembrou que não recebeu retorno da
151 Presidência quanto a Deliberação nº3 da CED. Concluiu o relato falando de sua participação na
152 palestra das escolas de arquitetura, abordando o Código de Ética, e comentou a importância da
153 divulgação do código e da aproximação do CAU/SC com os estudantes. **No relato da Comissão de**
154 **Ensino e Exercício Profissional**, o Conselheiro Raineski relatou que a comissão deu prioridade
155 às demandas de processos de profissionais, para que os mesmos não fiquem sem respostas. Foi



156 realizada a análise de duas denúncias, duas notificações, nove RRT's Extemporâneas, uma
157 nulidade de RRT, dois cancelamentos de RRT, um Procedimento para Fiscalização, trinta e seis
158 processos oriundos do CREA/SC que ainda precisa de atenção especial, e alguns retornam ao
159 CREA/SC. Comentou a existência de alguns débitos de ART's que não foram pagas e estão com
160 dívida ativa no CREA. O Conselheiro André explicou que essa cobrança não pode ser feita segundo
161 a Lei. O Conselheiro Raineski disse que foi discutido o SPDA e que a Comissão ainda se sente
162 constrangida pela determinação do CAU/BR, de pedir três ART's para garantir sua atribuição e
163 seu direito de fazer para-raios, delegando ao CREA a garantia de atribuição profissional, uma
164 determinação lamentável que tem que ser revista pelo CAU/BR. Concluiu que essa situação é
165 pontual e que de uma forma geral os Bombeiros aceitam o RRT dos profissionais para SPDA,
166 apenas havendo barreiras nas cidades de Joinville e Jaraguá do Sul. O Conselheiro Bogoni
167 contribuiu dizendo que o CAU/SC deveria promover cursos com parcerias de entidades mistas. O
168 Conselheiro Jobim não aprovou a indicação do seu nome e do Conselheiro Sérgio Oliva no grupo
169 de trabalho da fiscalização, sendo que ambos não estavam presentes na reunião da CEEP. O
170 Coordenador justificou que foi apenas uma sugestão da Gerência Técnica, devido à necessidade de
171 ter um grupo de trabalho e a preferência por profissionais de Florianópolis para evitar dificuldade
172 no deslocamento. O Conselheiro Jobim disse que a fiscalização tem que ser tratada por toda
173 comissão e não criar um grupo específico, colocando a responsabilidade em dois Conselheiros. O
174 Presidente sugeriu que o assunto fosse levado novamente para discussão na comissão. **No relato**
175 **da Comissão Especial de Patrimônio**, o Coordenador Adjunto Daniel, relatou que a Casa Hercílio
176 Luz foi apresentada como opção para sede do CAU/SC. Explicou que o conselheiro Renee está
177 fazendo as tratativas com os herdeiros do imóvel, o que permitirá fazer uma proposta de
178 aquisição ou comodato, estabelecendo um formato de aquisição para alinhar os valores que serão
179 tratados na próxima reunião da comissão. **No Relato da Comissão de Políticas Urbanas**, o
180 Conselheiro Nelson Saraiva relatou a discussão sobre a manifestação do CAU/SC a respeito do
181 Plano Diretor Participativo e disse que o assunto não é fácil de nivelar a posição entre os
182 arquitetos. Comentou sobre a excelência do texto elaborado pela Arquiteta Silvia Lenzi, Ricardo
183 Fonseca da ASBEA, Guilherme, o IAB e ao final encaminhado para assessoria de imprensa da
184 ASBEA para realizar o trabalho final de montagem do documento, agregado à contribuição da
185 diretoria do CAU/SC e posteriormente encaminhado para publicação. Disse que foram retomadas
186 as questões expostas no documento que vão consolidar a posição do CAU/SC e pontuaram
187 questões que não podem estar ausentes na montagem no ideário de um Plano Diretor. Enfatizou a
188 questão do relacionamento com a sociedade no sentido de mantê-la informada dos seus direitos,
189 consagrada na Constituição. A distribuição da construção da cidade, questão que não está sendo
190 discutida, mas que deve emitir-se opinião a respeito. Pontuou também o direito que o cidadão
191 tem, através do trabalho do arquiteto, viver em lugares mais harmônicos e qualificados, além das
192 questões das cidades densas e compactas. Concluiu expondo que a cidade deve se organizar em
193 função do mar, considerando-o como espaço qualificado. Enfatizou o posicionamento da Comissão
194 referente ao PDP e o compartilhamento aos Conselheiros, via e-mail. **No Relato da Comissão**
195 **Especial de Comunicação**, o Conselheiro Jobim relatou que a reunião da comissão aconteceu no
196 dia anterior e basicamente verificaram os andamentos das deliberações da comissão. Citou a
197 contratação da estagiária de Design Gráfico e a escolha da empresa que fará a repaginação do site
198 e do informativo do CAU/SC. Também foram sugeridos seis nomes que vão compor a comissão
199 que avaliará a proposta de serviço para contratação da agência de publicidade, conforme
200 específica a legislação vigente do Conselho de Publicidade, foram indicados seis integrantes do
201 CAU, Presidente, Assessor Especial, Diretor Geral, Conselheiro Jobim e os Conselheiros titulares da
202 CCAA, Conselheiros, André, Giovani e Décio. Os sorteados, juntamente com assessor externo
203 formarão uma equipe de três pessoas para avaliar as propostas das agências de publicidade. Outra
204 deliberação foi referente ao texto que deverá compor a divulgação comemorativa ao "Dia do
205 Arquiteto", buscando palavras chaves relacionada à relevância da história do arquiteto e
206 urbanista, o papel do CAU e por último, o arquiteto e as cidades. **Não houve relato da Comissão**
207 **Especial para o Congresso Estadual. No Relato da Comissão Especial para o Concurso**
208 **Público**, o Conselheiro Giovani relatou as atualizações ocorridas sobre o concurso, informou o
209 recebimento do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindicato das Autarquias, liminar que



210 autorizou a realização do certame do Concurso, mas não a contratação dos aprovados, o que
211 impede, a princípio, a homologação do concurso. Informou também que as dispensas dos
212 funcionários não tem data definida. E que o TAC previa a dispensa dos funcionários atuais, mas o
213 procurador fez um ajuste e suspendeu esse item do acordo. Informou sobre o aditivo relacionado
214 ao programa dos cargos de Arquiteto e Analista Técnico Fiscal e o adensamento das regiões
215 determinada na regionalização da fiscalização. Tiveram mil cento e dezenove inscritos no
216 concurso e o custo do CAU para cobrir as despesas é de trinta e oito mil oitocentos e setenta reais,
217 conforme previsto. Finalizado os relatos, o Presidente passou para o item **6. APRESENTAÇÃO E**
218 **VOTAÇÃO. No item A. Remanejamento dos membros das comissões permanentes**
219 **atendendo o Regimento Interno.** Inversão dos conselheiros da CEP e da CED, conselheiro Décio
220 passa para Comissão de Ensino e Exercício Profissional e o Conselheiro Ciarini vai para Comissão
221 de Ética e Disciplina. A Conselheira Fátida disse que não foi discutido na comissão e informou que
222 o suplente do conselheiro Décio sempre está presente nas reuniões. O advogado Gustavo explicou
223 que o CAU/SC ainda está sendo regido pelo regimento provisório. O conselheiro Giovanni solicitou
224 que esse assunto fosse transferido para a Plenária de Janeiro, já que o Presidente foi informado
225 em Brasília que se não houver ajuste a ser feito no regimento, ele deve ser homologado na
226 Plenária do CAU/BR de dezembro. O conselheiro Décio comentou que solicitou para trocar de
227 comissão, devido a sua dificuldade em participar das reuniões em dois dias da semana e que
228 acredita que a sua ausência era uma forma de valorizar a participação do Conselheiro Maykon nas
229 reuniões, mas a intenção não era de causar constrangimento. A Conselheira Fátida questionou que
230 o assunto tratado se referia ao novo Regimento. O advogado mais uma vez frizou que se referia ao
231 regimento provisório. O Presidente encaminhou para votação, remanejamento dos membros das
232 comissões permanentes, somente a partir de janeiro 2014, após aprovação calendário do referido
233 ano, foi aprovado por unanimidade. O presidente solicitou que os conselheiros interessados em
234 fazer parte da Comissão Especial de Comunicação. O Conselheiro Giovanni Bonetti manifestou
235 interesse em integrar a Comissão Especial de Comunicação. O presidente encaminhou para
236 votação a inclusão do Conselheiro Giovanni Bonetti para compor a Comissão Especial de
237 Comunicação, foi aprovado por unanimidade. Passando para o item **B. Criação de espaço para**
238 **intercâmbio entre os conselheiros antes das reuniões plenárias.** O Presidente explicou que
239 essa proposição foi solicitação do Vice Presidente César Ciarine. O Conselheiro Glicério comentou
240 que a sugestão se faz necessário para tomar consciência dos assuntos tratados nas outras
241 reuniões, de maneira que agilizaria a Plenária. O Conselheiro Daniel achou válido, que só vem
242 ajudar a parceria entre os Conselheiros. O Conselheiro Giovanni falou que é bom para o convívio
243 entre os Conselheiros. O conselheiro Bogoni, não achou produtivo o último almoço, sendo a favor
244 da informalidade. O conselheiro Daniel sugeriu que o almoço seja pautado com itens mais
245 polêmicos. O conselheiro Décio contribuiu dizendo que deveria ser um espaço social reservado. A
246 conselheira Fátida acha que deveria retringir a participação de outras pessoas, mas acha
247 importante esse espaço, e não concorda que seja em outra data que não seja no horário do almoço
248 anterior a Plenária. O Conselheiro Jobim disse que os assuntos de ordem da Plenária não devem
249 ser tratados na informalidade. O Conselheiro Giovanni concordou com o Conselheiro Jobim e disse
250 que os fatos mais relevantes são levados para plenárias e aberta a questionamentos e discussões.
251 O Conselheiro Raineski pediu que esse assunto fosse rejeitado pela Plenária para que não se crie
252 uma burocratização. O presidente encaminhou para votação, favoráveis criação de espaço para
253 intercâmbio entre os conselheiros antes das reuniões plenárias, a favor o Conselheiro Glicério e
254 Bogoni, contrários 6 votos. Não aprovado. Passando para o item **ITEM G. homologação do**
255 **cronograma para orçamento do ano dois mil e catorze:** Pelo Presidente foi automaticamente
256 concedido à palavra ao Diretor Geral, que apresentou as projeções de receitas para o ano de dois
257 mil e quatorze, de receitas de pessoas físicas, jurídicas, RRT, taxas e multas, sendo três milhões
258 novecentos e setenta e um mil, novecentos e quatorze reais, valor projetado pela equipe de
259 programação financeira e orçamentária do CAU/BR. Informou que está sendo adotada uma
260 política mais conservadora em relação à receita, mantendo-se uma projeção como tem
261 estabelecido o CAU/BR. O Conselheiro Giovanni solicitou a palavra e comentou que o superávit do
262 ano de dois mil e treze do CAU/SC se deve também ao fato dessas receitas percebidas no ano de
263 dois mil e doze; e acha que tal fato não vai se repetir no ano de dois mil e quatorze; O Diretor Geral



264 retomou o uso da palavra e informou a Projeção de receitas, três milhões novecentos e setenta e
265 um mil, novecentos e quatorze reais. A Projeção do saldo orçamentário de dois mil e treze ficou no
266 valor três milhões quinhentos e oitenta e dois mil duzentos e trinta e sete reais e quarenta e sete
267 centavos; Projeção de receitas investimentos em trezentos mil reais. Projeção da dotação
268 orçamentária total global para dois mil e quatorze de sete milhões oitocentos e cinquenta mil
269 cento e cinquenta reais e quarenta e sete centavos. Especificou as unidades, dotação orçamentária
270 e percentual da dotação global por unidade, que ficou no total de sete milhões oitocentos e
271 cinquenta mil, cento e cinquenta reais e quarenta e sete centavos. E, detalhou o atendimento às
272 Diretrizes Gerais de Programação que ficou no valor de quatro milhões duzentos e setenta e um
273 mil novecentos e treze reais. O Conselheiro Giovani fez outra consideração que julgou pertinente,
274 aduzindo que o patrocínio não estava inserido no orçamento por um equívoco, mas que já
275 solicitou ao Diretor Geral que retificasse, informando que os mesmos cinquenta mil de patrocínio
276 sejam retirados da verba destinada a nossa comissão, mas pediu que outras comissões
277 colaborassem contribuindo com recursos para o patrocínio, dizendo-se feliz com tal atitude, pois
278 realizar um investimento de oitenta mil para o planejamento estratégico é algo viável a se
279 considerar o retorno que isso trará ao longo dos anos; citou algumas comissões que poderiam
280 contribuir, propondo um remanejamento das verbas das comissões justificando que patrocínio
281 também é uma forma de valorizar a profissão; outra questão que chamou atenção foi sobre os
282 planos de ação dos anos anteriores, que não foram executados e acabam voltando para o
283 patrimônio do Conselho, enfatizou que devemos executá-los sugerindo um calendário de ações
284 comprometendo as comissões a executá-los efetivamente, para que não fiquem só no papel,
285 construindo assim uma melhor relação com a sociedade e os profissionais. O Conselheiro Décio
286 propôs que cada Comissão fizesse um corte linear de 10% para o Patrocínio. Conselheiro Raineski
287 lembrou que não foi deixado dinheiro reservado para as eleições do CAU. O Conselheiro Giovani
288 disse que o Plano de ação vai ser revisado no mês de março. O Presidente falou que tem outros
289 elementos que podem mudar a previsão orçamentária, mais existem alguns elementos que podem
290 alterar valores ao longo do tempo, e que a receita do CAU/SC vai mudar. O Diretor Geral sugeriu
291 que o corte fosse proporcional a cada Comissão. O presidente encaminhou para votação, a
292 aprovação do orçamento de dois mil e quatorze, com ressalva de recorte de dez por cento do
293 percentual de cada unidade de execução para atender demanda por orçamento para ação de
294 patrocínio. Foi aprovado por unanimidade. Passando para o item **Item C. Homologação do**
295 **Calendário para dois mil e quatorze.** O Presidente encaminhou esse item para Plenária de
296 dezembro. Passando para o item **Item E. Reconhecimento do IAB como entidade**
297 **representativa dos Arquitetos e Urbanistas de SC.** O Conselheiro Giovani sugeriu que se faça
298 uma homenagem oficial. O Conselheiro Raineski lembrou que o IAB/SC é uma entidade de livre
299 associação, atuante, histórica e como tem na sua estrutura estatutária uma forma despretensiosa e
300 representativa dos arquitetos e urbanistas merece o reconhecimento do CAU/SC. O Conselheiro
301 Décio sugeriu fazer uma resolução ou que se eleja um relator em nome do Plenário para justificar
302 a honraria das homenagens. O Conselheiro Bogoni disse que reconhecer somente o IAB fica muito
303 restritivo. O Conselheiro Glicério explicou que a ideia do reconhecimento é que o IAB seria uma
304 entidade de Base que representaria todas outras entidades que representam os arquitetos e
305 urbanistas. O Conselheiro Giovani solicitou que o jurídico do CAU/SC juntamente com o
306 Presidente faça uma minuta de portaria ou deliberação Plenária para criar critérios das
307 homenagens. O presidente encaminhou para votação. Aprovação da elaboração de minuta de
308 portaria para estabelecer critérios de avaliação e mérito para reconhecimento de profissionais de
309 arquitetura e entidades de classe para homologação na próxima plenária. Foi aprovado por
310 unanimidade. Passando para o **item F.** Fiscalização compartilhada com o IAB para atender todos
311 os profissionais e municípios de Santa Catarina; O Conselheiro Raineski, solicitou que esse item
312 fosse retirado de pauta, por não ter tido manifestação oficial do IAB/SC. O Conselheiro Décio disse
313 que há necessidade de um trabalho mais consistente, uma proposta mais concreta. O Conselheiro
314 Giovani disse que o Conselho deve ser preservado constitucionalmente e que esse
315 compartilhamento pode comprometer e tornar o Conselho frágil. Concluiu dizendo que o IAB/SC é
316 uma entidade parceira, representativa, e não se deve confundir fronteiras. O Presidente
317 encaminhou para votação, retirada do item de pauta. Foi aprovada por unanimidade. **8.**



318 **Manifestação dos Conselheiros Estaduais em assuntos de interesse do Plenário;** O
319 Presidente aproveitou a oportunidade e disse que recebeu uma ligação do Celso Fonseca,
320 convidando o CAU para discussão dos encaminhamentos do Conselho do Plano Diretor
321 Participativo que serão encaminhados à Câmara. O Conselheiro André manifestou o
322 descontentamento dos arquitetos com o sistema SICCAU e solicitou a possibilidade de criar um
323 canal de contribuições e encaminhá-las como um documento ao CAU/BR, solicitando melhorias no
324 sistema. O Conselheiro Jobim manifestou insatisfação no que se refere à forma de divulgação de
325 carteiras de profissionais no site do CAU/SC e solicitou que a Assessoria de Comunicação divulgue
326 fortemente nos próximos boletins o acesso a essas carteiras. O Presidente esclareceu que Santa
327 Catarina é a pioneira no acesso direto, e a empresa que faz manutenção ao SICCAU, e em algumas
328 demandas que não conseguem ser solucionadas pela Gerência Técnica, são feitas diretamente ao
329 Presidente do CAU/BR. O Conselheiro Décio complementou que esses assuntos são fruto do
330 Congresso e que a partir desse ganharão encaminhamentos. 9. Propostas de Pauta para a próxima
331 plenária. O presidente encaminhou como pauta para próxima Plenária, o Calendário 2014. O
332 Conselheiro André encaminhou como pauta para próxima Plenária: Aprovação minuta da portaria
333 de Diárias; Aprovação minuta da portaria de Suprimentos de Fundo. Nada mais havendo a tratar,
334 o Presidente Ronaldo de Lima desejou um bom Congresso e retorno a todos e declarou encerrada
335 a Vigésima Quinta Reunião Plenária do CAU/SC. Para constar, eu, Eliziane Galliani Menegali,
336 Secretária *ad hoc*, lavrei a presente Ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final,
337 assinada por mim e pelo Presidente Ronaldo de Lima, para que reproduza os efeitos legais.
338

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Eliziane Galliani Menegali
Secretária *ad hoc*